

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



59

Pronunciamento sobre a votação da reforma da Previdência

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE MAIO DE 1998

Eu queria conversar, por intermédio de vocês, com o Brasil, a respeito da reforma da Previdência, para que nós não tenhamos percepções precipitadas, nem diminuamos o impacto que possa ser negativo, mas, também, que nós não exageremos a respeito dos fatos ocorridos.

É claro que teria sido muito melhor ganhar, isso é óbvio. E é mais lamentável ainda, quando se sabe que, pelo menos dois parlamentares da base do Governo votaram com equívoco. Então, na verdade, isso também tem uma outra leitura. É que, na pior das hipóteses, ontem, nós tínhamos 309 votos. É bom que o País perceba que, no entanto, no quarto ano de mandato e com reformas e reformas e reformas, o Governo conseguiu ter 307 votos contra 148. Trezentos e sete votos contra 148, quer dizer, mais do dobro. Como se diz em linguagem popular, "ganharia de capote". Não fossem as regras do nosso sistema, do nosso Regimento da Câmara, que exige uma porção de votações, etc, etc... E esse quorum qualificado, aliás é realmente indispensável.

Bem, mas além disso, é preciso deixar claro que ontem havia condições de vitória, em cima da votação na matéria da Previdência, para que nós não pensemos que existe aí, digamos, desagregação da base, nem

coisa nenhuma. Ao contrário. Ontem, vencemos com 325 votos uma votação importante, que era a questão da paridade entre a contribuição do Governo e dos fundos de pensão.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque nós vamos continuar lutando e vamos ganhar. O Brasil não pode ficar contente com um resultado que faz com que, agora, pessoas possam se aposentar com 40 anos. Nem o Brasil, nem cada cidadão brasileiro, porque quem vai pagar é o povo. Quem paga, sempre, é o povo, porque o Governo não fabrica dinheiro, é imposto. Então, nós vamos lutar, porque estou aqui há anos batalhando, com energia. Continuo com energia e acho que nós vamos reverter tudo isso.

Por que eu estou dizendo isso? Primeiro, pelos dados que já apresentei, de que nós temos maioria e maioria sólida. Essa maioria, semana que vem, tem que estar presente para continuar as votações. Mas há mais. O que foi realmente votado ontem: o tempo de contribuição, de 35 anos, não está em causa. E não estará em causa, não há DVS — Destaque da Votação em Separado — para isso, ou seja, haverá melhores condições para a Previdência, de toda maneira, porque as pessoas terão de contribuir 35 anos, para, então, aposentarem-se, aí é justo, com 35 anos de contribuição.

Em segundo lugar, a votação de ontem não se referiu ao setor público, e sim, simplesmente, ao INSS. O maior déficit nosso é no setor público, onde há uma aposentadoria mais precoce, no Brasil. O trabalhador, qualquer que seja a votação, não será afetado, porque o trabalhador já se aposenta com níveis acima das idades mínimas requeridas aqui. O que é muita demagogia: privilegiados que, para manter os seus privilégios, falam em nome dos que são os explorados, na verdade. Então isso, evidentemente, não mexe com o setor público, mexeu só com o INSS.

Agora, de que maneira se dá essa votação, ou melhor, o que estava submetido a voto? Há três blocos diferentes, e o Ministro da Previdência está aqui comigo e depois poderá esclarecer se vocês precisarem de esclarecimento. Há três blocos distintos de problemas. Primeiro bloco, os que estão aposentados. Estes não têm nada a ver, não se está votando

nada sobre os aposentados. Está se falando em demagogia. Estão defendendo privilégios, usando os aposentados como se eles pudessem ser vitimados pelas decisões do Congresso. Não estão. Não há matéria referida aos que já estão aposentados; estes estão fora.

Segundo bloco: os que estão dentro do sistema atual. Não houve nenhuma votação a respeito deles, tampouco. O voto de ontem não diz respeito a ninguém que esteja no sistema. O voto de ontem diz respeito aos que ingressarão no futuro. Ou seja, as consequências fiscais serão daqui a anos. Não há nada para este ano, nada para o ano que vem. Nada para os próximos anos que tenha impacto na decisão tomada. Então, não vamos fazer especulação: "Ah, o governo não tem mais condições de equilíbrio fiscal". Tem condições. Vai ter. O fato de ser ano eleitoral, para mim, não quer dizer nada. O País já me conhece, eu não cedo um milímetro em função de questões eleitorais. Eu discuto e me proponho a discutir com o Congresso as questões de interesse nacional. Para a aprovação de uma emenda que interessa ao país, nós conversamos. Mas não para discussão, para saber se isso vai ser bom ou mau para eleição de A, de B, de C ou, se eu vier a ser candidato, para a minha. Então, não tem efeito nenhum, de curto prazo. A decisão de ontem não tem efeito nenhum de curto prazo, porque ela diz respeito apenas àqueles que, no futuro, vierem a entrar no sistema do Governo.

Devo também lhes dizer que nós não vamos parar com essa reforma, não. Nós estamos fazendo mais propostas. E há mais propostas que vão avançar muito mais, aprofundar muito mais a questão da Previdência, porque ela é séria. E é séria porque leva ao aumento da taxa de juros. O País todo paga pelo desequilíbrio da Previdência. E esses privilégios, que estão sendo defendidos, têm um custo altíssimo. E eu acho, realmente, lamentável, sobretudo para os que são da base do Governo, porque vão deixando de ser progressivamente, vão deixando de ser progressivamente. Porque, na medida que vão votando contra os interesses públicos, contra o interesse do país, evidentemente estão escolhendo. A oposição vota contra, porque ela tem interesses políticos. Ela quer bloquear o Governo, ela quer ganhar eleição. Então, tem uma lógica. Os que não são da oposição não têm essa lógica do interesse

político, que é uma pobre lógica, porque, nesse momento, nós devíamos pensar no Brasil. Ganhar eleição de outra maneira, não é ganhar eleição às custas de impedir que o Brasil avance, se modernize, seja mais equilibrado, mais justo, tenha uma Previdência mais compatível com as nossas condições, com as nossas necessidades.

A votação de ontem, foi só essa. E, mesmo para esse caso nós temos remédios, ou seja – porque o futuro é o futuro, não ingressaram ainda no sistema –, nós temos tempo para tomar as decisões pertinentes para lidar com essa questão.

Então, vim falar diretamente ao País, para dizer que é preciso não exagerar, que é preciso não perder o rumo, que é preciso não perder o sentido do interesse público, que o Governo acha que vai ganhar.

Acabei de ter uma reunião com os líderes. Agradeci aos líderes, porque se bateram pela reforma. Agradeço aos deputados que votaram. Fico feliz de, no quarto ano de governo, ainda dispor de 309 votos, pelo menos, e mais, porque há outros que não vieram, por razões de saúde e outras razões mais, para prosseguir com a votação. Eu acho que isso é fato inédito na história da República. E vamos continuar lutando. Eu expressei minha confiança aos líderes, estendo essa confiança àqueles que votaram a favor, peço que aqueles que se equivocaram não se equivoquem. Peço o esforço adicional àqueles que não puderam vir por alguma razão, alguns por questões de saúde, mas são transitórias.

Na próxima semana, nós vamos votar de novo. Faltam quatro destaques. Nós vamos votar os quatro destaques. Nós vamos vencer, porque o Brasil não tem como não vencer essa parada. Não vencer essa parada é a volta da inflação. Não vencer essas mudanças é a volta da inflação, é o povo quem paga, é diminuir o salário. Quem está votando contra as reformas está, na prática, votando contra o povo, votando contra o salário do trabalhador, está fazendo demagogia. As reformas são justas, elas acabam com o privilégio.

Vejam vocês, no caso aqui se pedia que a idade mínima de aposentadoria fosse 48 anos para mulheres e 53 anos para homens; 55 para mulher e 60 para homem, perdão. Repito, 60 para homem e 55 para mulher. A esperança de vida, no Brasil, está aumentando. Nós vamos

viver mais e não menos. Nós também vamos ter que trabalhar mais. Claro que em condições melhores. Temos de pagar melhores salários, temos de baixar a taxa de juros, está tudo ligado. A hora do Brasil é agora. O mundo todo está reconhecendo a imensa capacidade que esse país tem de avançar, de ir para frente, de se modernizar, de dar uma esperança a seu povo. Não é possível que nós, nesse momento, venhamos a esmorecer.

Eu não vou esmorecer, eu vou continuar brigando, vou continuar lutando. Reafirmo, aqui, o meu pedido aos deputados da base: que votem. Eu quero votação na quarta-feira da semana que vem, e quero ver, realmente, porque aí, sim, vêm as eleições, e quero ver quem está do lado de cá, quem está do lado de lá. Não por razões de retaliação, que não é o meu estilo, mas para dizer ao país: não contem com aqueles que votaram contra vocês, e eu direi isso. Com toda tranqüilidade eu direi ao país que não quero o apoio daqueles que não apoiaram o País, mas quero, e muito, o apoio dos que estão apoiando o País, e quero que mais gente venha apoiar o País. Muito obrigado.